

## **LOBO, Pereira**

\*sen. SE 1914-1917; pres. SE 1918-1922; sen. SE 1923-1930.

*José Joaquim Pereira Lobo* nasceu em São Cristóvão, primeira capital da província de Sergipe, em 23 de dezembro de 1864, filho do capitão Joaquim José Pereira Lobo e de Joana Rosa de Vasconcelos Pereira.

Em 1882, ao completar 18 anos, matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, que cursou de 1883 a 1888. Concluiu sua formação militar em 1889 na Escola Superior de Guerra, ocasião em que foi nomeado alferes aluno. Em 1890 foi promovido a segundo-tenente de artilharia e, ainda no mesmo ano, a primeiro-tenente. Recebeu o grau de bacharel em matemática, ciências físicas e naturais pela Escola Superior de Guerra em 1892. Por decreto de 4 de abril de 1893 tornou-se capitão do Exército.

Com a República, participou da política partidária em Sergipe e a partir de 1894 esteve ligado aos “pebas”, grupo político formado por florianistas e republicanos radicais durante as disputas eleitorais travadas com os “cabaús” no final do governo de José Calasans (1892-1894). Em 1896, foi eleito deputado estadual em Sergipe para o biênio 1897-1898. Deixou o cargo logo depois para ocupar a vice-presidência do estado no governo de Martinho Garcez (1896-1898), a quem substituiu interinamente entre 11 de outubro de 1897 e 20 de março de 1898. A administração Garcez, marcada por disputas internas, culminou num acordo com o monsenhor Olímpio Campos, principal líder dos “cabaús” e seu maior adversário político, pelo qual o monsenhor foi eleito presidente do estado, enquanto o próprio Garcez obtinha uma cadeira no Senado. Olímpio Campos governou o estado de 1899 a 1902, e de então até 1911 todos os governantes de Sergipe teriam vinculações políticas com o “olimpismo”.

Afastado da política sergipana, Pereira Lobo deu continuidade à carreira militar. No Pará, assumiu o comando e a fiscalização do 4ª Batalhão de Artilharia, mantendo-se na função entre 1899 e 1902. Em 1903, foi nomeado pelo Ministério da Guerra para dirigir a Colônia Militar de Chopin (PR), permanecendo no cargo até 1907, quando foi exonerado a pedido.

Nesse mesmo ano, recebeu uma medalha de prata por seus 20 anos de serviços prestados ao Exército. Em 1908, ao ser promovido major, assumiu o 5<sup>a</sup> Regimento de Artilharia. Combateu a revolta dos marinheiros deflagrada em 22 de novembro de 1910 no Rio de Janeiro, a chamada Revolta da Chibata, derrotada pelas forças do presidente da República Hermes da Fonseca. Em 2 de agosto de 1911, foi promovido a tenente-coronel por merecimento.

O ano de 1911 ficou também marcado pela adoção, pelo presidente Hermes, da “política das salvaçãoes”. Sob o pretexto de impedir o avanço do domínio oligárquico no país, tal política determinou a substituição de vários governantes das regiões Norte e Nordeste, representantes das grandes famílias oligárquicas, por interventores militares. Em Sergipe, Pinheiro Machado e o então presidente do estado Rodrigues Dória fizeram um acordo que determinou a escolha do militar Antônio José de Siqueira Meneses para substituir Dória no cargo. Tal escolha pôs fim ao “olimpismo” e possibilitou, na sucessão de Siqueira Meneses em 1914, a volta ao governo de Manuel Valadão, e ainda a candidatura de Pereira Lobo ao Senado. Eleito senador, Lobo renunciou ao mandato em 1918 e foi eleito presidente de Sergipe, enquanto Valadão, cujo mandato chegara ao fim, assumia a vaga deixada por ele no Senado.

Joaquim Pereira Lobo governou Sergipe entre 1918 e 1922. Nesse período, investiu na drenagem de pântanos e na ampliação do saneamento básico, pressionado pelo grande número de vítimas da gripe espanhola em Sergipe. Além disso, criou novas escolas, adquiriu um prédio para a biblioteca pública do estado e promoveu a revisão dos códigos de processo civil, criminal e comercial do estado. Durante a sua gestão foi comemorado o centenário da emancipação política de Sergipe. Para celebrar a data, foram contratados artistas italianos para cuidar, entre outras atribuições, das obras de ampliação e reforma do palácio do Governo, e foi organizada uma exposição de produtos sergipanos. Os fotógrafos Leone Ossovigi, de São Paulo, e Fabian, do Rio de Janeiro, além do italiano Guilherme Rogatto, que residia em Maceió, registraram imagens de diversas cidades do estado e do povo sergipano, que foram organizadas em cartões postais alusivos à data e no *Álbum de*

*Sergipe*, produzido por Clodomir Silva. Além disso, foi erguida uma estátua em homenagem a Tobias Barreto, em referência à “genialidade sergipana”.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e a partir da década de 1920, cresceu a política urbana em Sergipe. Nas eleições presidenciais de 1922, disputadas por Artur Bernardes e Nilo Peçanha, este último recebeu o apoio de periódico sergipano *Jornal do Povo*, que atacava sistematicamente o governo de Pereira Lobo. Para o governo do estado, o *Jornal do Povo* defendia a candidatura de Gonçalo Rollemberg, que disputava com Maurício Graccho Cardoso, escolhido por Manuel Valadão e Pereira Lobo. Apesar dos protestos, Pereira Lobo fez seu sucessor e seguiu novamente para o Senado Federal em 1923. Nesse mesmo ano tornou-se general de brigada, sendo logo após reformado com a patente de marechal. Reeleito senador em 1930, teve o mandato interrompido pela revolução de outubro, que suspendeu o funcionamento dos órgãos legislativos no país.

Foi também presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, membro da Comissão de Marinha e Guerra, engenheiro e diretor fiscal de obras militares de Sergipe, diretor do Hospital de Misericórdia de Aracaju, chefe do Serviço de Estado-Maior da 1ª Brigada Estratégica e chefe de gabinete da Direção Geral de Artilharia do Exército.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 24 de fevereiro de 1933.

Publicou *Política de Sergipe* (1898).

*Cláudia Calmon/ Sergio Montalvão*

**Fontes:** BARRETO, L. *Pequeno*; CARVALHO, J. *Três*; CARVALHO, M. *Crise*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; NASCIMENTO, S. *Representação*.